



Ofício no: CBME 2020/0001

Ao Exmo.
Cel. Homero de Gorge Cerqueira,
Presidente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

C/C: Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, Sr. Marcos de Castro Simanovic
Coordenadora-Geral de Uso Público e Negócios, Sra. Daiane Daniele Santos Rocha

Assunto: Esclarecimentos sobre reestruturação do ICMBio

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2020

Prezados senhores,

A [Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada](http://www.cbme.org.br) (CBME), entidade sem fins lucrativos de caráter desportivo, ambiental e cultural, representante máxima do montanhismo e da escalada em âmbito nacional, vem, pelo presente, expor preocupações com a conservação da biodiversidade e a proteção das oportunidades de recreação, lazer e turismo em contato com a natureza presentes nas unidades de conservação (UCs) federais e solicitar esclarecimentos sobre a reestruturação do ICMBio formalizada no dia 13 de maio de 2020 no Diário Oficial.

A prática do montanhismo, que inclui todas as modalidades de caminhadas em trilhas e escalada, tem um relação muito próxima com UCs no Brasil. A caminhada em trilhas está presente na grande maioria das unidades e a escalada em um número representativo, tendo longa tradição de prática que data até mesmo de antes das designações de áreas como UCs, como, por exemplo, no caso do PARNA São Joaquim (SC), PARNA Serra Órgãos (RJ) e MoNa Pontões Capixaba (ES). Atuamos no apoio à criação e ao planejamento e manejo de UCs, participando de conselhos gestores, câmaras temáticas, desenvolvendo projetos em conjunto à gestão para avançar na proteção das oportunidades de recreação e dos ecossistemas.

Como sempre, acompanhamos o desenvolvimento das políticas ambientais, em especial aquelas destinadas aos locais de prática do montanhismo, e vimos a série de portarias instituindo a criação de Núcleos de Gestão Integrada (NGI), impactando diretamente unidades onde a prática de montanhismo ocorre, que inclui, mas não se limita às NGI de Teresópolis, Paraty e Januária. Essa movimentação traz preocupações e dúvidas, uma vez que a junção em uma única gestão não faz sentido ecológico e geográfico, pois:

- a. Desloca as decisões para uma sede geograficamente distante das UCs, dificultando a gestão participativa e a atuação dos conselhos, o manejo da recreação e visitação e a fiscalização.
- b. Une nessa mesma sede e processo de decisão relativo a biomas e contextos socioculturais distintos que deveriam ser tratados nas suas especificidades para uma maior eficácia e alcance de objetivos de conservação e manejo.
- c. Junta distintas categorias de UCs, que possuem objetivos de manejo díspares, exigindo estratégias personalizadas de ação e perfis específicos de gestores para uma gestão eficaz.

Assim, gostaríamos de solicitar os seguintes esclarecimentos considerando o distanciamento físico das atuais sedes e o conseqüente afastamento da realidade socioambiental das UCs:

1. Como ficarão os conselhos gestores e suas câmaras temáticas? Que medidas estão sendo programadas para garantir a participação da sociedade civil e a gestão participativa?
2. Como serão valorizadas a cultura e as tradições locais no processo de decisão?
3. Como será realizado o manejo direto da visitação que inclui, mas não se limita a: controle de entrada, contagem de visitantes e manejo de trilhas?
4. Como ficará o programa de voluntariado, cujas muitas das ações se dão em campo e com o apoio da gestão da UC?

Em relação aos objetivos das NGIs:

5. Considerando o argumento de maior eficiência e economia, qual o impacto previsto aos cofres públicos? Como isso se contrabalança com a garantia da proteção da biodiversidade e serviços ecossistêmicos (incluindo a recreação) fornecidos pelas UCs? Gostaríamos de ter acesso os estudos que embasaram essa análise.
6. Como, na prática, se dará a maior eficiência e efetividade na conservação da biodiversidade?
7. Como o afastamento da gestão das UCs e a centralização de UCs de distintas categorias e biomas em uma mesma sede contribuem para uma maior especialização das ações gerenciais?

Em termos de gestão:

8. Haverá uma "subsede" em cada unidade, com uma equipe dedicada à ações de gestão no terreno, como atuação da fiscalização, manejo da visitação, manejo das trilhas, brigadas de incêndio?
9. Qual a destinação das edificações utilizadas como sede para a gestão das UCs?

Por fim, como essas mudanças contribuem para o atingimento dos objetivos do SNUC, em especial para a conservação da biodiversidade, proteção das paisagens e promoção da recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico?

Desde já agradecemos a atenção, ficamos na expectativa de um resposta formal em tempo hábil.

Atenciosamente,



Renata Bradford
Presidente CBME